

construir!

Boletim da Célula dos Trabalhadores no Município de Loures 

E' HORA.

DE

**MUDAR
DE POLITICA**

É preciso aumentar salários e pensões, investir nos serviços públicos, defender o SNS e acabar com a especulação que nos tira o direito a ter uma casa!

Fazer das próximas eleições para a Assembleia da República uma oportunidade para dar mais força ao PCP e à CDU.

Uma oportunidade para romper com a política de direita e abrir o caminho a uma política capaz de dar solução aos graves problemas que atingem o País e a uma vida melhor a que temos direito.

PS/PSD DE EMPRÉSTIMO EM EMPRÉSTIMO

Outubro de 2021 a junho de 2023 - viabilizados **16 empréstimos** no valor de **€49.85 milhões** com um **serviço da dívida de €71 milhões** - prazo limite de pagamento **2048**.

Entretanto foram contraídos **mais 14 empréstimos de €56 milhões** com um **serviço da dívida de €87 milhões** cujo o horizonte de pagamento é também **2048**.

No somatório falamos de **€106 milhões de empréstimos** com um **serviço da dívida de €158 milhões de euros até 2048**.

Isto não pode trazer descansado ninguém que se preocupe com a gestão e sustentabilidade futura da Câmara Municipal.

DEFENDER OS SIMAR É URGENTE! A GESTÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS DEVE SER MUNICIPAL E PÚBLICA!

Afinal não era alarme, e de acordo com as várias intervenções dos Presidentes das Câmaras de Loures e de Odivelas, já é conhecido que o PS pôs em andamento a velha intenção de atacar e pôr em causa a existência dos SIMAR. Nunca é demais relembrar que foi a luta das populações, dos trabalhadores e a vitória da CDU em Loures, em 2013, que derrotaram os objetivos de privatizar, e viabilizaram o caminho da criação dos SIMAR em conjunto com o município de Odivelas. Os SIMAR herdaram o propositado desinvestimento levado a cabo pela gestão do PS na CM de Loures e nos SMAS.

Com a criação dos SIMAR deu-se início a um processo de recuperação e investimento que progressivamente possibilitou a melhoria da prestação de serviços, pese embora as necessidades que persistem.

A gestão dos serviços de água, saneamento e resíduos, constituem uma das principais competências dos municípios. A sua alienação significa que o município abdica da gestão direta da água, dos esgotos e dos resíduos, ficando dependente de outros, facilitando a apropriação privada da água, permitindo que esta seja um negócio. A privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) e a consequente privatização da Valorsul no sector dos resíduos tem-no demonstrado, com consequências muito negativas para as populações e para os municípios.

O AUMENTO DA DÍVIDA NO CENTRO

O PS percebeu que o caminho para a privatização destes sectores encontraria pela frente a firme oposição das populações e dos trabalhadores. Assim concebeu, e pôs em marcha, um processo de desmantelamento da atividade que passa por três intervenientes: a gestão da água a cargo de uma empresa, a gestão do saneamento de outra, e a gestão dos resíduos urbanos ainda noutra entidade. Esta opção do PS a concretizar-se visa a destruição dos SIMAR, organização com cerca de 1000 trabalhadores e retira aos municípios de Loures e Odivelas um património de centenas de milhões de euros.

A CDU não tem dúvidas de que estarão em causa os direitos e vínculos dos trabalhadores, bem como o serviço prestado às populações. Todos deixarão de contar com anos de capital humano e de conhecimento, bem como da garantia de que os investimentos, os aumentos ou regularização de taxas, deixará de estar nas mãos do Município. Como a experiência demonstrou a criação de um serviço público de proximidade e na esfera municipal, os SIMAR, foi essencial para o desenvolvimento de um caminho capaz de travar a degradação dos serviços prestados e a promoção gradual da sua melhoria.

A CDU rejeita o processo em curso dirigido pelo PS e reafirma a sua intransigente defesa dos SIMAR.

Podem contar com a CDU todos os dias!





O maior orçamento de sempre com a maior dívida de sempre

Orçamento com mais de 328 milhões euros de receita, o valor mais alto de sempre e que possibilitaria ao executivo municipal resolver muitos dos problemas do nosso concelho.

Este é também o orçamento com a maior dívida de sempre, a qual ascenderá a 195 milhões de euros.

Orçamento com um investimento com receitas próprias do município de apenas 15 milhões de euros, o que só vem confirmar as preocupações da CDU de que, com o maior endividamento de sempre da responsabilidade do PS e PSD, Loures voltará à situação de 2013 em que teve de ser a CDU a garantir o pagamento das dívidas e o equilíbrio financeiro que agora PS e PSD desbarataram em 2 anos. No fundo quem vier a seguir que feche a porta.

E é necessário ainda não esquecer que este orçamento tem mais de 20 milhões de euros em verbas “a definir” que não têm, até ao momento, qualquer fonte de financiamento.

Este orçamento tem também 30 milhões de euros de emolpamento em rubricas

que, ano após ano, apresentam uma real entrada de receita de valores irrisórios sempre que se fecham as contas municipais.

Este é o orçamento que confirma que Loures perdeu uma oportunidade única para avançar na resolução de problemas e que aquilo que teremos é um agravamento da situação em diversas áreas.

É assim nas urgentes respostas à situação social e económica vivida pela população do concelho:

- onde se continua a dar mais a quem mais tem esquecendo aqueles que neste momento precisavam de uma política fiscal do município mais justa para todos que seria alcançada por uma descida robusta do IMI e não pela devolução do IRS a quem mais tem;
- orçamento onde se continua a olhar para os projetos das IPSS para a criação de centenas de novos lugares de creches e lares como um problema “das IPSS” e que o Município e o governo continuam a pôr em grave risco a sua concretização;

É assim na área da Educação onde o caminho que vinha a ser trilhado de uma clara aposta nas respostas para a infância e 1º ciclo foi abandonado.

Assim, se o executivo atual conseguir terminar as obras nas escolas de 1º ciclo, totalmente da responsabilidade Municipal, teremos a abertura de 3 novas salas de JI em Loures e 6 novas salas de 1º ciclo em 4 anos do mandato.

É também assim na área da Habitação, problema com contornos muito graves, onde também em Loures PS e PSD desperdiçaram uma oportunidade única para aumentar de forma eficaz a oferta

pública de habitação, preferindo entregar à especulação a resposta neste domínio.

É assim na Cultura onde o PS e PSD enterraram de forma definitiva o Centro Cultural, peça chave para ser dado um passo firme e determinado no sentido de Loures ser uma marca de referência também na cultura, promovendo em simultâneo o território e as suas gentes nas mais diversas áreas.

Este é também o orçamento que clarifica finalmente as obras e investimentos prometidos em campanha eleitoral, ou que são essenciais para o concelho, mas que não serão feitos em 2024 porque PS e PSD não querem. São estas as razões que nos levam a afirmar que este não é um orçamento a pensar no futuro de Loures nem responde a problemas graves do nosso concelho, mas levando em muitos casos ao seu agravamento.

Era necessário um orçamento que não tivesse como objetivo o ato eleitoral de 2025 mas sim um orçamento que com condições únicas de financiamento decorrente de uma situação saudável das finanças do município deixada pela CDU, e pelas muitas centenas de milhões que seria possível aproveitar do PRR, se pensasse e se preparasse Loures com perspetiva de futuro.

Por estas razões a CDU votou contra esta proposta de orçamento e opções do plano.

ORÇAMENTO DE ESTADO 2024

A proposta apresentada pelo PS, confirma a falta de resposta face aos problemas estruturais do país e às dificuldades sentidas pelos trabalhadores e o povo. Discutir este orçamento, nas atuais circunstâncias, é bem elucidativo dos interesses que se pretendem proteger e das opções de quem defende a sua aprovação. É significativo que para além do PS que outros partidos à sua direita defendam a sua aprovação.

O PCP avançou com cerca de 480 propostas que dão resposta aos principais problemas do povo. Uma intervenção ampla e diversificada, alicerçada no conhecimento e na ligação aos trabalhadores e às populações, com medidas e soluções que permitem melhorar as condições de vida dos trabalhadores e dos reformados, reforçar serviços públicos e garantir direitos consagrados na constituição, combater injustiças e desigualdades, promover a produção nacional e proteger a natureza e o ambiente, reforçar o investimento público e a coesão territorial.

Sabe mais em: pcp.pt/oe2024

BASTA DE CONVERSA!

Aumentar salários e pensões

Mudar de política



ALGUMAS PROPOSTAS APRESENTADAS



OE2024

PROPOSTA DO PCP

Eliminação das propinas, TAXAS E EMOLUMENTOS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

REJEITADA

Voto contra: PS, PSD, IL, Chega

Paróquia

VER MAIS AQUI www.pcp.pt/oe2024

OE2024

PROPOSTA DO PCP

Alargamento da oferta pública de habitação

PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DE 50 MIL HABITAÇÕES

REJEITADA

Voto contra: PS, IL

Abstenção: PSD, Chega

Paróquia

VER MAIS AQUI www.pcp.pt/oe2024

OE2024

PROPOSTA DO PCP

Fim das PPP

REDUÇÃO DE ENCARGOS, NÃO RENOVACÃO E REVERSÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

REJEITADA

Voto contra: PS, PSD, Chega, IL

Paróquia

VER MAIS AQUI www.pcp.pt/oe2024

OE2024

PROPOSTA DO PCP

Criação de rede pública de creches

AUMENTO DE 100 MIL VAGAS ATÉ 2026

REJEITADA

Voto contra: PS, PSD

Abstenção: IL

Paróquia

VER MAIS AQUI www.pcp.pt/oe2024

OE2024

PROPOSTA DO PCP

Regime de dedicação exclusiva no SNS

OPCIONAL E COM REGIME DE INCENTIVOS

REJEITADA

Voto contra: PS, Chega, IL

Abstenção: PSD

Paróquia

VER MAIS AQUI www.pcp.pt/oe2024

OE2024

PROPOSTA DO PCP

Fixação e redução dos preços dos combustíveis

REJEITADA

Voto contra: PS, PSD, Chega, IL

Partilha

VER MAIS AQUI
www.pcp.pt/oe2024

PCP

OE2024

PROPOSTA DO PCP

Fixação e redução dos preços de bens alimentares essenciais

REJEITADA

Voto contra: PS, PSD, Chega, IL

Partilha

VER MAIS AQUI
www.pcp.pt/oe2024

PCP

OE2024

PROPOSTA DO PCP

Revogação de benefícios fiscais ao capital financeiro

E A ELIMINAÇÃO DE ISENÇÕES NO IRC

REJEITADA

Voto contra: PS, PSD, Chega, IL

Partilha

VER MAIS AQUI
www.pcp.pt/oe2024

PCP

OE2024

PROPOSTA DO PCP

Aumento geral dos salários

E A VALORIZAÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES (15%, PELO MENOS 150€)

REJEITADA

Voto contra: PS e IL

Abstenção: PSD

Partilha

VER MAIS AQUI
www.pcp.pt/oe2024

PCP

OE2024

PROPOSTA DO PCP

Fim das custas processuais na Justiça

REJEITADA

Voto contra: PS, Chega, PAN

Abstenção: PSD

Partilha

VER MAIS AQUI
www.pcp.pt/oe2024

PCP

OE2024

PROPOSTA DO PCP

Reforço do financiamento da Cultura

COM O OBJETIVO DE ALCANÇAR 1% DO ORÇAMENTO DO ESTADO

REJEITADA

Voto contra: PS, IL

Abstenção: PSD, Chega

Partilha

VER MAIS AQUI
www.pcp.pt/oe2024

PCP

Orçamento dos Simar — uma mão cheia de nada

A pretensão recentemente subscrita pelo executivo municipal liderado pelo PS e suportado pelo PSD, de desmembramento e tentativa de alienação dos SIMAR, cenário que, pelos vistos, dá indícios de poder não vir a concretizar-se mas que, ainda assim, não se encontra definitivamente “enterrado” e que o executivo liderado pelo PS e suportado pelo PSD é responsável.

Ressalta à primeira vista uma manifesta falta de investimento, nomeadamente em matéria de investimentos estratégicos, muito importantes na viabilização e introdução de melhorias de funcionamento, o que todos pretendemos para os SIMAR.

A nível das redes de distribuição de água onde importa fazer investimentos estratégicos e cirúrgicos acabar com ruturas e falta de água permanentes e para atacar o problema das perdas de água que persistem, nada é referido. Aliás, neste domínio, importa traçar um roteiro de intervenções e investimentos envolvidos com a elaboração de estudos de avaliação, uma opção primária para a levar a efeito qualquer intervenção nesse sentido e nada é proposto. De igual modo, nas redes de coleta de águas residuais, onde ainda persiste uma quan-

tidade excessiva de coletores unitários e onde circulam em simultâneo, águas residuais domésticas e águas pluviais e muito contribuem para um funcionamento desregrado das Estações de Tratamento de Águas Residuais (o problema das aflúncias indevidas), esta proposta de orçamento passa completamente ao lado.

E se assim é nos domínios das “águas”, também no domínio do saneamento de resíduos urbanos o panorama é desolador. De há muito que se identificou a necessidade de otimizar a rede de recolha de resíduos quer em matéria de contentorização quer na vertente da tipologia de recolha mecânica apontando novos caminhos a trilhar para melhoria da oferta de recolha junto da população e otimização de custos, que se revelam incomportáveis com a proliferação de tipologias como presentemente se apresenta e também neste domínio as expectativas ficam-se por aí mesmo.

Esta escassa ambição de desenvolvimento, não é, porém correspondida com o aumento do tarifário pelos serviços prestados.

Em suma, os Documentos Previsionais de 2024, mais não faz do que propor verbas para alguns investimentos de exploração corrente ou de manutenção dos sistemas existentes, e a continuação das empreitadas, chamadas do empréstimo, o que se revela insuficiente para os desafios futuros com que os SIMAR se irão debater no curto prazo.

É portanto, um orçamento que não dá resposta às necessidades e resolução dos problemas das populações e do Concelho.



Pelo 2º ano consecutivo a Gestão do PS e do PSD, vão ficar ligados a mais um aumento brutal da fatura da água.

Em dois anos a fatura da água aumentou 18% para aqueles que consomem até 5 m³, ou seja, a população mais vulnerável.

Um aumento muito superior ao da taxa de inflação prevista para o ano de 2024, que se irá situar nos 3,5%.

+18%

fatura da água

GESLOURES

Numa das reuniões de Câmara a CDU propôs que fosse pública, mas o Presidente da Câmara decidiu manter privada. Muitas questões foram colocadas embora só algumas respondidas. **Mas o facto mais relevante dessa reunião foi sem dúvida a decisão do Sr. Presidente da Câmara em manter a confiança no atual Conselho de Administração**

Na reunião de Câmara seguinte, foi apresentada uma moção pela CDU, que foi rejeitada pelo PS e PSD. Os vereadores da CDU reafirmam que:

1 - Existe um forte sentimento de insegurança por parte dos trabalhadores pelo facto de, durante alguns períodos do normal funcionamento das piscinas, não estar ninguém na secretária, impossibilitando assim também o apoio direto aos utentes.

2 - Mantém-se os relatos de falta de produtos e de limpeza, tendo sido inclusive relatado que por vezes é necessário usar gel de lavar as mãos para as limpezas.

3 - Ficaram confirmados os vários alertas que a CDU fez e que foram também atestados pelos trabalhadores, de que não estavam a ser tomadas todas as medidas necessárias para assegurar a necessária manutenção das piscinas, o que contribui para se criarem as condições do desenvolvimento da Legionella.

4 - Foi por diversas vezes denunciado que a empresa contratada para a manutenção e que deveria estar nas piscinas à quinta-feira não é vista há vários meses, pese embora o contrato esteja em vigor.

5 - As situações de perseguição e de assédio por parte da Presidente do Conselho de Administração a trabalhadores que por qualquer razão não são do seu

agrado, foram confirmadas e são inaceitáveis.

6 - Persistem os relatos de dificuldades de comunicação com a administração da empresa, com perguntas que ficam sem resposta e até emails que vêm devolvidos.

Mas, o mais grave de tudo, é que ficou confirmado que a atual Presidente do Conselho de Administração agiu de forma ilegal no que diz respeito ao aparecimento de Legionella na Piscina de Santa Iria de Azóia. Tendo sido confirmado que teve conhecimento de um resultado positivo e não informou de imediato utentes e trabalhadores da piscina, levando a que muitos deles tenham tomado banho sem saberem que poderiam estar expostos à bactéria. O que permite concluir que a Presidente do CA pôs conscientemente a saúde de pessoas em risco e não cumpriu a lei.

Trabalhadores da GesLoures unidos pela sua valorização

Com greves, concentrações à porta das piscinas e deslocação à Assembleia Municipal, os trabalhadores da GesLoures demonstraram que estão unidos e determinados em continuar a luta pela urgente conclusão da negociação do acordo de empresa, processo negocial que se iniciou em março, ou seja, há 8 meses, e que se tem arrastado desde essa data sem fim à vista e com o Conselho de Administração a dar o dito por não dito.

O PCP saúda os trabalhadores da GesLoures e está solidário com a sua justa luta por uma vida mais digna.



REFEITÓRIO MUNICIPAL AUMENTO DO PREÇO

Um novo ano e mais um aumento do valor da refeição nos refeitórios municipais. Se estamos de acordo que um refeitório municipal não pode nem deve ser equiparado a um restaurante, os objectivos de um e de outro são completamente diferentes, logo o refeitório não pode nem deve ser gerido como aquilo que não o é. Todos sabemos como está o custo de vida, o preço dos bens, inflação, mas o que fez o PS para os combater?

Votou favoravelmente as propostas do PCP para:

- › a fixação e redução do preço dos bens essenciais? **(NÃO)**;
- › o aumento geral dos salários tendo em conta, precisamente, a inflação e aumento do custo de vida? **(NÃO)**;
- › fixar e reduzir os preços dos combustíveis? **(NÃO)**;
- › aumentar o subsídio de refeição? **(NÃO)**.

Em conclusão, o PS não esteve nem está, de facto, interessado na recuperação do poder de compra dos trabalhadores, nem o tão publicitado IVA zero se safa.

	2022 (€)	2023 (€)	2024 (€)	Diferença 2023 — 2024 (+€)
Refeição Completa CML/SIMAR/JF/ Cónjuges aposentados ou reformados	3,55€	4,10€	4,90€	+0,80€ (dia)
Mini Prato CML/SIMAR/JF/ Cónjuges aposentados ou reformados	2,00€	2,30€	2,75€	+0,45€ (dia)
Refeição Completa Trabalhadores CCD e Empresas Municipais	3,55€	6,15€	7,35€	+1,20€ (dia)
Mini Prato Trabalhadores CCD e Empresas Municipais	2,00€	3,45€	4,15€	+0,70€ (dia)

AS ELEIÇÕES SÃO OPORTUNIDADE PARA DAR MAIS FORÇA AO PCP E À CDU, PARA A MUDANÇA DE POLÍTICA QUE O PAÍS PRECISA.

As decisões tomadas pelo Presidente da República na sequência da demissão do Primeiro-Ministro, no sentido de garantir a aprovação da proposta de Orçamento do Estado/2024, posteriormente dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas, não podem ser apreciadas sem ter em conta a grave situação que atinge o povo e o País e a necessidade urgente de uma política que efetivamente lhe dê resposta.

É esta a grande questão que está colocada e que a cada dia que passa se torna mais evidente. Responder aos problemas que os trabalhadores, as populações e o País enfrentam na dura realidade de todos os dias.

O aumento do custo de vida e degradação do poder de compra dos trabalhadores e reformados, o agravamento dramático dos problemas na saúde, na habitação, na educação ou na justiça são exemplos flagrantes das consequências das opções do Governo PS e da sua maioria absoluta que foram acumulando razões de descontentamento e frustrando abertamente expectativas que tinham criado.

Cabe aos trabalhadores e ao povo decidir sobre o seu próprio futuro, interesses e aspirações. Os últimos anos revelaram com clareza que é com o reforço do PCP e da CDU que se podem criar condições para abrir caminho à defesa de direitos e à concretização de uma política alternativa.

Assim foi e assim continuará a ser. Quanto mais força o PCP e a CDU tiverem, mais próxima e possível estará o avanço nas condições de vida, a conquista de direitos.

É isso que está em decisão: fazer das próximas eleições uma oportunidade para dar mais força ao PCP e à CDU. Uma oportunidade para romper com a política de direita e abrir o caminho a uma política capaz de dar solução aos graves problemas que atingem o País e a uma vida melhor a que temos direito.

A realidade nacional revela a necessidade de uma política alternativa que dê resposta aos problemas nacionais e à grave situação económica e social que vivemos, que assegure o aumento de salários e pensões, a defesa do SNS e do acesso à saúde, a garantia do direito à habitação, dos direitos das crianças e dos pais, da educação e da justiça, que recuse as privatizações e a promiscuidade entre o poder político e o poder económico, uma política de defesa da soberania e do desenvolvimento.

Convictos de que há soluções para os problemas nacionais, para um Portugal com futuro, continuaremos a intervir, a lutar pela concretização da política alternativa que lhes corresponde.

O PCP e a CDU encaram a batalha eleitoral com confiança e como uma oportunidade de reforçar a sua força e expressão eleitoral e assim pesar mais na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, na construção de uma política ao seu serviço.

Esta é a hora dos patriotas, dos democratas, dos trabalhadores, do povo, de todos os que cá vivem e trabalham darem um sinal forte, de assumirem, com a sua ação, a sua luta e o seu voto, a exigência de um caminho diferente, o caminho da alternativa que sirva o povo e o país.

TRABALHADOR/A DO MUNICÍPIO DE LOURES ADERE AO PCP



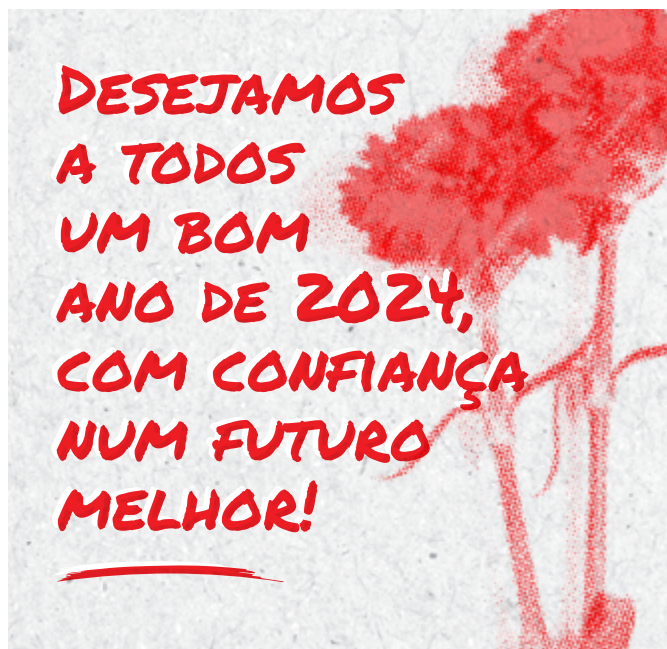
Nome: _____

Telemóvel: _____

E-mail: _____

Local de trabalho: _____

Envia o teu contacto para: celulapcp.lrs@gmail.com
ou Rua da República, 43 - 1º | 2670-473 Loures



Envia-nos notícias do teu local de trabalho, sugestões e propostas:
celulapcp.lrs@gmail.com / 219 831 896



DÁ MAIS FORÇA AO PCP!

